

O PAPEL DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES NA OCUPAÇÃO DA UEMG EM 2017

Uma aproximação entre direito e cibercultura¹

*THE ROLE OF THE WORLD COMPUTER NETWORK IN UEMG
OCCUPATION IN 2017*

An approach between law and cyberculture

RONALDO FÉLIX MOREIRA JÚNIOR

OTÁVIO AUGUSTO FERNANDES NEVES

RESUMO: O presente trabalho analisa a incidência da cibercultura nos processos comunicativos da sociedade, especificamente abordando o uso da rede mundial de computadores por movimentos sociais na busca por efetivação de direitos. Para tal finalidade, será explanado, ao longo da dissertação, a relação dos estudos do filósofo Pierre Lévy com a realidade fática, demonstrada pela ocupação ocorrida na UEMG – *campus* Diamantina em 2017. O objetivo central do trabalho, que possui como metodologia principal a realização de pesquisa de campo (pela coleta de depoimentos), é averiguar no caso em questão se a rede efetivou um papel determinante na ocupação (buscando saber quais esses papéis em caso de uma resposta positiva) e se houve alguma dificuldade trazida pelo próprio uso da rede.

Palavras-chave: Ocupação; cibercultura; direitos fundamentais.

ABSTRACT: This paper analyzes the incidence of cyberculture in the communicative processes of society, specifically addressing the use of the worldwide computer network by social movements in the search for the realization of rights. For this purpose, the dissertation will explain the relationship between the studies of philosopher Pierre Lévy and the factual reality, demonstrated by the occupation that took place at UEMG - Diamantina campus in 2017. The main objective of this work, which has as its main methodology the realization field research (through the collection of statements), is to ascertain in this case if the network played a determining role in the occupation (seeking to know what these roles in case of a positive response) and if there was any difficulty also brought by the use of the network.

Keywords: Occupation; cyberculture; fundamental rights.

* Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais. Especialista em Direito Penal e Processual Penal. Professor substituto da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: ronaldo.fr32@gmail.com.

** Graduando em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: otavioaugustofneves18@gmail.com.

¹ Trabalho desenvolvido em iniciação científica realizada na Universidade Estadual de Minas Gerais (Campus Diamantina), em conformidade com o Edital PAPq-MG 01/2019.

Introdução

O uso da rede mundial de computadores é uma realidade há mais de uma década. Muito embora se possa discutir a inclusão digital na contemporaneidade, é certo que essa tecnologia tem sido cada vez mais utilizada em diferentes âmbitos: pessoal, acadêmico, profissional e social.

Destaca-se, nesse contexto, que a própria sociedade atual é formada e funciona por meio da conexão instantânea com diferentes lugares. Esse caráter globalizante também faz com que haja uma maior dependência de fatores ocorridos em partes distantes do mundo.

Todas essas características fomentam a existência do que alguns autores, tais como Pierre Lévy, chamam de cibercultura, um conceito fundamental para a compreensão do presente texto.

A cibercultura está estritamente vinculada com as diversas finalidades que podem ser alcançadas por meio do campo virtual e não se pode esquecer que a discussão a respeito da efetivação de direitos tem ganhado cada vez mais espaço nessa seara.

Não é incomum que diversos movimentos sociais tenham ganhado força e adeptos por meio da divulgação de suas ações na rede mundial de computadores. Em outros momentos, até mesmo tais ações só podem ocorrer graças ao advento dessas tecnologias de comunicação e informação.

Com base nessas informações, o trabalho busca analisar um caso concreto em que um movimento estudantil buscou por reivindicações de direitos, abordando quais foram os principais papéis desenvolvidos pela rede mundial de computadores, bem como as dificuldades enfrentadas também em decorrência do uso dessas tecnologias.

Conforme mencionado, a principal base teórica do trabalho é a obra *Cibercultura*, de Pierre Lévy, muito embora também sejam adotados autores que abordam semelhantes temáticas, como William Dutton.

Buscou-se, como metodologia, a realização de uma pesquisa de campo que possibilitou a coleta de depoimento de oito diferentes estudantes (responsáveis por diferentes pontos da ocupação). Esses depoimentos dizem respeito a três pontos de interesse ao trabalho: 1) a razão da ocupação; 2) o papel desenvolvido pela internet; 3) as dificuldades enfrentadas no processo.

Dessa forma, o primeiro tópico do trabalho tem como objetivo central tratar de conceitos como “cibercultura” e “virtual”, na perspectiva dos autores abordados. O segundo momento do trabalho é responsável também por contextualizar a ideia de movimentos sociais e como estes têm se utilizado da rede mundial de computadores (conforme estudado por Dutton). O terceiro e último capítulo, por sua vez, analisará a ocupação ocorrida na Universidade Estadual de Minas Gerais, na cidade de Diamantina, realizada pelos estudantes, abordando como a utilização da rede foi (ou não) essencial para o processo. Dessa maneira, busca-se traçar uma linha clara que liga duas áreas inicialmente distintas: o direito e a cibercultura.

1. A filosofia de Pierre Lévy e o virtual

A temática referente a este capítulo recai sobre a virtualização das relações humanas e da comunicação sob o aspecto da observação de Pierre Lévy no contexto do fenômeno da cibercultura.

De modo a preceder o estudo da filosofia de Lévy, é de suma importância ao artigo em questão distinguir o virtual engendrado pelo senso comum do virtual idealizado sob a concepção deste estudioso. Para o pesquisador, discordante ao senso comum, o virtual é algo que de certa forma é “palpável” à percepção cotidiana e real, o que pode ultrapassar as barreiras impostas pela tela de um computador, *smartphone* ou qualquer outra forma de dispositivo de comunicação atual (LÉVY, 1999).

O virtual, sob a perspectiva de Lévy, portanto, é algo que pode influenciar nos rumos da sociedade moderna, dissipando o viés de irrealidade e imaterialidade que permeia o senso comum, tornando-o uma ferramenta de notoriedade no processo comunicativo.

A comunicação humana é circundada de inúmeros processos de transição, encontrando-se em uma constante atualização de paradigmas. A virtualização é associada a um emaranhado de atualizações, equiparada a um organismo vivo que se encontra em constante mudança. A acessibilidade propiciada pelo âmbito virtual o torna, de certa forma, onipresente, desencadeando aos indivíduos informações céleres e convergentes que se dão em decorrência a afinidade de interesses e da universalização da comunicação. Nas palavras de Lévy:

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. (LÉVY, 1999, p. 127)

Lévy introduz em sua obra o conceito de “cibercultura”, compreendida como uma “presença da humanidade em si mesma”, um ato de conexão tendencioso a universalização, o que implica na interpretação comportamental dos grupos interconectados pela teia de informação presente no “ciberespaço” (LÉVY, 1999). Importante ressaltar que o termo “ciberespaço” foi citado pela primeira vez no ano de 1984 na obra *Neuromancer*² de William Gibson. O autor utilizou da nomenclatura como referência a um ambiente virtual no qual diversos indivíduos poderiam se conectar e até mesmo transferir sua própria consciência.

Tanto na ficção, quanto na realidade, o ambiente virtual e as variadas implicações que o permeiam corroboram ao surgimento de novas formas de agir, comportar-se e construir pensamentos e valores em decorrência da infinidade de possibilidades desse ciberespaço, que é comparado por Lévy a “um grande oceano de informações”, suscitando a materialização do saber humano em larga escala, como também à integração e propagação de informações que transcendem as limitações impostas pelo espaço-tempo (LÉVY, 1999).

1.1. A relação entre ciberespaço e o processo de operação de direitos

O espaço estruturado mediante aos parâmetros de virtual segundo Pierre Lévy abriu margem a uma gama de oportunidades quanto ao objeto a ser projetado neste meio. As informações apreendidas pelos indivíduos são inevitavelmente propagadas em grupos de semelhantes interesses, reafirmando a máxima da teia de comunicação estimulada pelo ciberespaço.

Há uma quebra notória das distâncias entre sujeitos pelo caráter globalizante da internet. Isto faz com que não somente matérias arreigadas de trivialidades sejam estendidas

² Narrativa futurista do gênero ficção científica, criada pelo escritor William Gibson em 1984. Uma das primeiras obras literárias que retratou a relação da tecnologia e sua impactação na sociedade.

ao acesso universalizado, mas também matérias a que são atribuídas mérito de caráter democrático e indispensáveis ao processo de efetivação de direitos.

Neste sentido, é natural às sociedades modernas e aos indivíduos que as compõem a utilização do ciberespaço no processo de execução e manifestação de direitos. Por isto, na atualidade, o caráter difusivo da esfera virtual é comumente visado por grupos que almejam reivindicar estas garantias basilares à vida humana, uma vez que é esperado pelo indivíduo que sua pauta adquira maior visibilidade em proporção ao número de interlocutores envolvidos pelo fenômeno da cibercultura (GOHN, 2011).

Esta “operação de direitos”, por intermédio do ciberespaço, adquire notoriedade à medida que é pleiteada pelos demais usuários. Quando lhe é atribuída notabilidade social, fomenta-se uma determinada pressão aos órgãos de poder por assegurar os direitos fundamentais. Assim, o ciberespaço se torna não somente um ambiente de compartilhamento de entretenimento e acúmulo do saber humano, mas também uma importante ferramenta dotada de faculdade ao estímulo e manutenção de direitos.

1.2. A complexidade da virtualização

É inegável o poderio distributivo concedido às demandas postas frente ao ciberespaço, porém há problemáticas que figuram a complexidade decorrente desse processo de virtualização.

A popularização do uso da rede mundial de computadores também abre margem a uma veiculação imprópria, e até mesmo ilegal, de informações na internet. Isso ocorre devido a fluidificação das informações na rede e o alto grau de liberdade concedido ao usuário em consequência a facilitação ao acesso.

A proporção do alcance destas informações é tão alastrante quanto qualquer outra que se encontra imersa na rede e o efeito causado por estas informações, uma vez expostos à rede, podem ser irreversíveis.

A virtualização passa de uma solução dada a um (outro) problema. Ela transforma a atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral, sobre a qual passa a ser colocada a ênfase ontológica. Com isso, a virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cria um vazio motor. Se a virtualização fosse apenas a passagem de uma realidade a um

conjunto de possíveis, seria desrealizante. Mas ela implica a mesma quantidade de irreversibilidade em seus efeitos, de indeterminação em seu processo e de invenção em seu esforço quanto à atualização. A virtualização é um dos principais vetores da criação da realidade. (LÉVY, 1996, p. 18)

As *fake news*, por exemplo, buscam alastrar uma notícia irreal aos usuários mais desinformados de modo a propagá-la por todos os “cantos” da internet. São comumente caracterizadas pela situação alarmista que intitula a notícia, pela falta de concretude dos argumentos, omitindo informações relevantes a interpretação do leitor e até mesmo erros ortográficos e hospedagens midiáticas que tiram a credibilidade da notícia.

Outra destas práticas é conhecida como *deep fake*, que consiste basicamente na troca de rostos em uma gravação de vídeo. O que realmente alarma as autoridades quanto à utilização deste recurso é a fidedignidade ao real, uma vez que são dificilmente distinguíveis sem uma análise apropriada. As expressões, as feições visuais, os lábios e tantas outras características particulares de um indivíduo são incrivelmente semelhantes às suas características reais (CABRAL, 2018).

A apropriação da aparência e de nuances particulares de cada indivíduo abre brecha a uma infinidade de possibilidades, especialmente as ligadas à ilegalidade. O recurso poderia ser facilmente utilizado na efetuação de delitos, por exemplo, em reproduções falseadas, visando extorsão, difamação do sujeito ou outro fim. A Internet, portanto, é palco de um dilema quanto ao fim de sua utilização. Assim como é vista por muitos como um veículo de informações, um meio de encurtar distâncias e acumular conhecimento, para outros é posta como um meio de auxílio na prática de delitos e de distorção de informações.

1.3. A incidência da cibercultura nas democracias modernas

A cibercultura propiciou uma revolução em todos os prismas da sociedade, portanto, no presente momento do artigo, é de relevância a continuidade da dissertação quanto ao caráter democrático desta temática.

A partir do momento em que há tamanha acessibilidade ao ciberespaço concedida aos sujeitos, este progressivamente se torna um ambiente propício ao debate e à discussão de ideias políticas e sociais, como também se faz tendencioso à reivindicação de direitos.

Em decorrência desta popularização da virtualização, gradualmente é visada como um meio de manifestação da democracia.

Nos últimos pleitos eleitorais realizados pelo mundo, por exemplo, pôde ser constatada a manifestação de grande parte das manobras políticas e da campanha dos candidatos sendo realizadas via Internet. O ciberespaço evoluiu de um simples lugar de entretenimento e estocagem de conhecimento a um espaço vivo e de crescente fervor democrático. Entretanto, também pode ser dito em relação à mitigação da democracia, como pode ser evidenciado em inúmeros escândalos relacionado à coleta de dados pessoais para fins político e a disseminação de notícias falsas.

A rede mundial de computadores tem, portanto, a possibilidade de atuar não somente como um meio de propagação de informações, mas também como uma ferramenta de violação da própria democracia.

2. A virtualização dos movimentos sociais

Os movimentos sociais são manifestações coletivas de vontade que buscam externalizar as demandas de cunho político-social. Através da reunião de indivíduos que objetivam o enfrentamento das omissões e insuficiências sociais. Estas manifestações democráticas são caracterizadas como ações sociais de caráter coletivo que, mediante o despertar do anseio popular, propicia à população diferentes meios de reivindicar demandas, assim como a viabilização da transformação social (GOHN, 2008).

Esses movimentos aspiram dar visibilidade e término às injustiças, discriminações e qualquer outra problemática que vá contra os direitos e garantias outorgados pelo ordenamento jurídico.

Movimentos sociais são ferramentas democráticas que fomentam a coletividade e o engajamento da sociedade ao retardo de situações que são ocultadas a uma parcela majoritária da população. Estes movimentos de caráter democrático surgem através de uma demanda pública, geralmente acerca de uma pauta social, que estimula o despertar de uma força coletiva na sociedade. Essa força coletiva é provocada através de uma iniciativa pública frente a alguma injustiça, ausência de direitos e garantias, ou problemáticas sociais de um modo geral (GOHN, 2011).

Estas ações sociais de caráter coletivo são instrumentos democráticos pelos quais a população pode reivindicar e efetivar direitos, refletindo diretamente sobre as garantias basilares da democracia.

As reivindicações democráticas referidas aos movimentos sociais podem se dar por diferentes meios, como por exemplo através de manifestações, atos de denúncia, greves, passeatas, ou qualquer outra maneira que pressione aos órgãos de poder frente ao desígnio popular. Nas palavras da socióloga Maria da Glória Gohn:

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas[...]. (GOHN, 2011, p. 335)

A natureza física e presencial dos movimentos sociais ainda perpetua nos processos de reivindicações de direitos, contudo, na atualidade, ocorreu a modernização desses movimentos. A natureza presencial das manifestações é gradativamente conciliada ao globalizante acesso da população às redes sociais, e ao variado número de páginas virtuais, detentoras de uma diversidade de assuntos e pautas abrangidas pela *web*.

2.1. O virtual como principal meio de pressão aos órgãos de poder

A pressão exercida na *web* pelos movimentos sociais frente aos órgãos de poder é um dos principais fatores que ocasionam o êxito das exigências elencadas pelos reivindicantes. A Internet revolucionou a maneira com que se incidem as emergências sociais na sociedade.

Em consequência ao poderio concedido pela rede mundial de computadores à população e aos movimentos sociais, esta é vista como o “Quinto Estado”, uma vez que confere aos indivíduos poderes determinadamente eficazes frente aos órgãos de poder, podendo influenciar nos rumos da sociedade e desafiar os paradigmas pré-estabelecidos pela ordem estatal (DUTTON, 2007).

A imersão do indivíduo na Internet ocasiona um significativo pressionamento aos órgãos estatais, e conseqüentemente as ações e omissões destes órgãos de poder são

controladas pela sociedade civil, responsabilizando-as frente a observância dos órgãos internacionais, efetivando direitos e garantias fundamentais ao meio social.

O surgimento da imprensa, rádio, televisão e outros meios de comunicação de massa permitiu o desenvolvimento de uma instituição independente: o ‘Quarto Estado’, central para os processos democráticos pluralistas. O crescente uso da Internet e de tecnologias digitais relacionadas está criando um espaço para os indivíduos em rede fornecerem uma nova fonte de responsabilidade no governo, na política e em muitos outros setores das sociedades em rede. Este projeto está centrado no surgimento e sustentabilidade deste ‘Quinto Estado’ e por que ele poderia desafiar a influência de outras bases mais estabelecidas de autoridade institucional. (DUTTON, 2007)

A internet não exclui os demais meios de observância da atuação das instituições governamentais e particulares em relação às causas sociais e efetivação de direitos, destarte, somam-se a estes meios já existentes, complementando e potencializando estas disposições postas ao poder público. O alastre de informações acerca das lideranças, manifestações e assuntos pautados nestes atos reivindicativos conferem segurança e notabilidade a causa e a estes indivíduos, que se encontram a frente destes movimentos (DUTTON, 2007).

Em consonância ao viés democrático conferido ao Quinto Estado de Dutton, inúmeros movimentos sociais se mostraram presentes em decorrência dessa acessibilidade crescente da população à internet. A *web* desencadeou a integração dos mais variados grupos sociais no ciberespaço, objetivando um fim socialmente comum.

A ocupação estudantil ocorrida na Universidade do Estado de Minas Gerais *campus* – Diamantina *em* 2017 é um exemplo concreto da integração destes variados grupos em prol de uma demanda social, uma vez que integrou um número significativamente grande de pessoas distintas, almejando a efetivação dos direitos estudantis na instituição de ensino.

Os indivíduos que integraram direta e indiretamente a ocupação fizeram vinculavam-se à conectividade em tempo real da *web*, bem como a utilizaram como mecanismo garantidor da continuidade legítima desse movimento social. A conectividade física e virtual acerca dos interesses comuns dos indivíduos corroborou ao êxito dos desígnios populares postos frente aos órgãos administrativos locais.

3. Uma aproximação entre o direito e a cibercultura: a ocupação da UEMG em 2017

A fim de contextualizar o fenômeno da cibercultura e sua aproximação com o campo jurídico e o estudo referente a efetivação de direitos no ciberespaço, foram indagadas algumas pautas relacionadas a estas temáticas no decorrer do presente artigo. Para solucionar estas indagações e relacionar o contexto estudando com a filosofia de Lévy sob um viés prático, foi realizado um processo de análise relativo à ocupação estudantil ocorrida na Universidade do Estado de Minas Gerais – *campus* Diamantina em 2017.

Foram analisados os reflexos da cibercultura nesta situação prática, que utilizou da rede mundial de computadores como meio de propagação das demandas estudantis. A relação com a filosofia de Pierre Lévy pôde ser analisada através dos elementos fornecidos pelos participantes do movimento.

Os dados coletados em relação a ocupação são provenientes de entrevistas orais voluntariamente concedidas pelos próprios participantes, alunos da instituição de ensino. Foram realizadas um total de oito entrevistas nas quais os participantes foram indagados a respeito da gênese da ocupação, ou seja, qual ou quais foram os fatores que originaram aquele ato de protesto, assim como o que estavam reivindicando através da ocupação, além de como a internet foi utilizada (tanto no aspecto positivo para o movimento, quanto no aspecto negativo).

A partir da apreciação destas entrevistas foi possível, portanto, averiguar os pontos convergentes entre a filosofia de Lévy e o ato de protesto ocorrido na UEMG – *campus* Diamantina em 2017, bem como foram apontadas dificuldades inerentes ao próprio ciberespaço.

3.1. A gênese do movimento e suas aspirações

A ocupação se iniciou, conforme relatos dos entrevistados, a partir do momento em que se tornou necessário conferir visibilidade às demandas postas pelos alunos da instituição, uma vez que anteriormente à ocupação se questionava, entre outros fatos, a eleição para a direção para a direção da unidade de ensino.

Insatisfeitos com a forma como foi feita a votação (alegando os mais diversos problemas com sua realização), os discentes iniciaram uma mobilização através das redes sociais a fim de discutir a situação da unidade de ensino.

De certa forma, segundo relatado, o ato de protesto foi uma última saída encontrada pelos discentes a fim de exteriorizar a público a situação crítica a qual estavam enfrentando no interior do *campus*, conforme dito pelo entrevistado:

Porque a situação nossa estava bem complicada, e a gente não via outra saída a não ser ocupar e tentar ter uma voz, chamar a atenção da população e dos órgãos competentes, tipo (como) a reitoria e todos os que se envolvem nesse meio. (ENTREVISTADO CINCO, APÊNDICE I)

O movimento foi um ato de denúncia quanto as irregularidades existentes na instituição, assim como de conscientização do poder público e da população a respeito das problemáticas vivenciadas pelos ocupantes. As problemáticas alegadas pelos estudantes diziam respeito a ações e omissões praticadas pela administração anterior da instituição de ensino

A somatória de todas as adversidades corroborou com a gênese da ocupação. Muito embora o presente trabalho não tenha como objetivo discutir os fatos que motivaram o movimento, é importante ressaltar que todo descontentamento com a instituição fez com que uma parte majoritária do corpo estudantil tomasse a decisão conjunta de ocupar o prédio. A partir desse ato reivindicativo, visavam a reforma de alguns aspectos instituição, tais como a alteração da direção, a realização de concurso público para professores e uma maior visibilidade e comunicação entre os estudantes e a instituição.

3.2. Entraves na efetivação de direitos

No movimento estudantil ocorrido na UEMG em 2017 houve embates entre polos opostos, tanto entre os próprios discentes, quanto a uma parcela do corpo docente e outros grupos de oposição.

Através das entrevistas realizadas com os ocupantes, foram relatados casos conflitantes de natureza física (que envolviam ações presenciais na locação e nas proximidades dela), como também de natureza virtual (através do uso da internet).

Em um primeiro momento, foi relatado que um grupo oposto aos ideais e demandas postas pelos ocupantes realizou uma série de ações contrárias ao movimento, numa tentativa de retardar a ocupação, conforme relatado:

Quando nós fechamos começou a chegar informações no WhatsApp de um grupo de alunos contrários falando mal da ocupação, um grupo de vinte a trinta pessoas que manifestava aquilo com mais veemência. Começamos a ver aquilo tomar um certo corpo e tal, até um dia que eles fizeram uma manifestação ali na frente, a polícia veio e fez a separação, trouxeram um microfone. Nessa hora foi o nosso ápice de pessoas aqui dentro, duzentas pessoas nossa e eles tinham esses vinte ou trinta lá fora. (ENTREVISTADO UM, APÊNDICE I)

Conforme apontado, houve atos contrários de natureza presencial no campus, do mesmo modo que houve a ocorrência de ataques e manifestações de opositores nas redes sociais e na internet de modo geral. Consoante apontado por outro entrevistado:

Eles foram para frente da faculdade com caixa de som e tudo mais e começaram a fazer uma manifestação, desligaram o padrão da faculdade e eu lembro que eu fiquei deitada em um colchão paralisada, eu fiquei com muito medo, em estado de choque, tanto que depois eu fiquei sentindo dor muscular no dia seguinte devido a tensão daquele dia. Foi uma sensação terrível, de medo, insegurança, mas logo passou, pois como eu disse, todos ali estavam unidos e isso foi essencial para ninguém desistir. (ENTREVISTADO DOIS, APÊNDICE I)

Os ocupantes a todo momento utilizaram da rede mundial de computadores como meio de conferir visibilidade a suas exigências. Segundo relatado pelos entrevistados, a manifestação pôde ser acompanhada pela rede a cada instante, através de páginas hospedadas em redes sociais, as quais continham informações acerca da ocupação e grupos de interesse desses alunos, conforme citado:

O que a gente estava fazendo. Enfim, ficamos... ai no outro dia a notícia começou a espalhar pela Internet, a Internet foi crucial para gente...é a notícia começou a espalhar, a galera e muita gente mandando mensagens e apoiando, mais gente chegando, mas ainda tinha essa galera contra, e começaram a postar um monte de coisa falando que teria aula e tudo mais. (ENTREVISTADO TRÊS, APÊNDICE I)

Estas páginas eram destinadas a publicação de fotografias e redações relativas às reivindicações dos discentes, assim como era oportunizado o acompanhamento dos acontecimentos ocorridos no campus àqueles que estavam exteriores ao movimento. Conforme relatos, estas páginas foram um meio encontrado pelos alunos para conferir legitimidade e assegurar a segurança a todos que ali se encontravam.

Usamos da internet para mostrar tudo, as improbidades que a gente achava. Usamos para o nosso movimento pró ocupação, que era o Ocupa UEMG, quanto o movimento contra ocupação também divulgou. (ENTREVISTADO QUATRO, APÊNDICE I)

No entanto, a mesma ferramenta que tinha como objetivo conferir legitimidade e segurança a ocupação também foi utilizada em desfavor dos ocupantes. Os dados contidos nestas páginas da *web* foram desfavoravelmente utilizados contra os discentes, uma vez que posteriormente foram categorizados como evidências em processos judiciais realizados por docentes contrários ao ato de reivindicação.

Porém, nossa maior arma foi usada injustamente contra nós mesmos, visto que a vice-diretora da época usou as nossas publicações e até mesmo curtidas, comentários e avaliações da página oficial da ocupação para nos processar. (ENTREVISTADO SETE, APÊNDICE I)

Além da utilização de dados de modo desfavorável aos ocupantes, a internet também foi palco de discursos extremos, e até mesmo pejorativos contra aqueles que estavam internos a instituição.

Publicações lançadas a rede sob esse viés alcançam grandes proporções. Sob essa perspectiva, a rede mundial de computadores encontra-se em um contínuo dilema quanto ao conteúdo exposto e suas consequências irrefreáveis.

3.3. Os resultados do exercício da cidadania virtual efetuada durante a ocupação

Os entrevistados narraram o término do movimento após uma ordem judicial que objetivava obrigar a desocupação do prédio, que conseqüentemente foi acatada pelos alunos que ali estavam.

A ocupação é um ato político, uma vez que a luta por direitos é parte fundamental do exercício da democracia, tornando-a uma situação propensa à manifestação desses direitos respaldados na democracia brasileira (ENTREVISTADO UM, APÊNDICE I, 2019).

O exercício da cidadania virtual pôde ser visualizado em proporção ao alcance das publicações relativas à ocupação. As postagens e as motivações do movimento alcançaram milhares de pessoas, uma vez observado o número de acessos na página oficial do movimento, como também nas páginas locais e nacionais que noticiaram acerca das aspirações e motivos que levaram àqueles estudantes a tomarem essa decisão.

Conforme dito pelos entrevistados, o movimento de certa forma correspondeu às expectativas dos estudantes, dado que uma parcela das reivindicações foram alcançadas. Como por exemplo: a execução do concurso público para os cargos de docência, o afastamento dos funcionários praticantes de improbidades e a concessão de audiências estudantis junto a reitoria, como relatado pelo entrevistado:

Uma delas foi que a reitoria começou a ouvir mais as nossas reivindicações, não a antiga reitoria a atual mesmo, porque na época da ocupação ainda era a antiga reitoria. (ENTREVISTADO SEIS, APÊNDICE I)

Mesmo que em um dado momento a rede mundial de computadores tenha sido utilizada em desfavor dos estudantes, esta foi de fato uma importante ferramenta nesse processo democrático, visto que exerceu seu papel instrumental de propagação de informações e ideias, conforme explicado:

E uma coisa que deu muita força na comunicação foram alguns juristas famosos na região, professores de outras faculdades que nos ajudaram. No Facebook tivemos uma divulgação muito ampla, e pessoas como esses juristas, a todo

momento publicavam coisas no Facebook e parabenizavam a nossa causa, isso foi de grande ajuda. (ENTREVISTADO OITO, APÊNDICE I)

Em decorrência à crescente propagação de dados alcançada ao longo do movimento, é possível estabelecer uma relação ao estudo de Pierre Lévy, uma vez que analogicamente ao “oceano de informações” previamente estudado pelo filósofo, os ideais e discussões dos alunos alcançaram a grande rede de informações e comunicação, estando estas imersas diretamente ao ciberespaço.

Dessa forma, é possível associar as resultantes alcançadas pelos discentes ao poderio de informação da internet, uma vez que a perceptibilidade de uma demanda é essencial a pressão pública frente a mesma, corroborando a concessão e legitimação de direitos. Entretanto, é preciso ressaltar que, conforme apontado, a internet também, em sua essência, entaves naturais para a busca de efetivação de direitos, sendo um espaço para também disseminação de notícias falsas e outros conteúdos ilícitos.

Considerações finais

O presente artigo buscou analisar o papel da rede mundial de computadores na ocupação ocorrida na UEMG em 2017. Para tal, foram desmembrados ao longo da dissertação do artigo uma série de conceitos e observações ligados ao fenômeno da cibercultura e ao estudo de Pierre Lévy no que tange à cibercultura. É também plenamente observável a aura de autonomia conferida aos usuários do chamado “Quinto Estado” por Dutton.

Lévy, assim como Dutton, destacam o papel democrático exercido pela *web* no tocante a sua instrumentalidade no processo de unificação de ideias e disseminação da comunicação entre sujeitos.

Foi em vista disso que foi analisada a incidência do papel da cibercultura na ocupação da UEMG – *campus* Diamantina. O papel desempenhado pela Internet nesse movimento social diz respeito à comunicação exercida entre os próprios ocupantes e a sociedade em geral, que visava apoiar as reivindicações estudantis. A *web* vinculou grupos de pessoas distintas, servindo como ponte entre os sujeitos interessados na manifestação.

Nesta análise acerca da ocupação foi observada a incidência da comunicabilidade em tempo real, utilizada como meio de conferir a visibilidade pública necessária a garantia da segurança dos participantes.

No entanto, é importante ressaltar a utilização da rede sob diferentes pretextos, como o de deslegitimar ou obstar a aquisição de direitos (como foi visto no caso, em que foi usada como um meio de instaurar processos judiciais com base nas postagens realizadas pelos alunos). Apesar dos entraves, a expectativa relativa à atuação da internet no caso da ocupação estudantil foi contemplada, demonstrando mais uma vez que a rede mundial de computadores não se trata mais de um mero apêndice na luta por direitos, mas um componente essencial.

Referências

DUTTON, H. William. *O Quinto Estado Emergente Através da Rede das Redes*. Oxford: Universidade de Oxford, 2007a.

DUTTON, H. William. *Através da Rede (das Redes) – O Quinto Estado*. Oxford: Universidade de Oxford, 2007b.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* (Impresso), v. 16, p. 333-361, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Cadernos CRH*, v. 31, p. 117-133, 2018.

GIBSON, William. *Neuromancer*. Canada: Ace Books, 1984.

LÉVY, Pierre *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre *O Que é Virtual?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

CABRAL, Isabela. O que é deepfake? Inteligência artificial é usada para fazer vídeo falso. *TECHTUDO*, 28 de setembro, 2018. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/07/o-que-e-deepfake-inteligencia-artificial-e-usada-para-fazer-videos-falsos.ghml>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Apêndice I

ENTREVISTADO UM. *Entrevista concedida aos pesquisadores*. Diamantina, 12 de junho, 2019. Transcrição disponível em: https://drive.google.com/open?id=1NYte2G65f9B2zrhbxaaAhvX16c_B3ZT. Acesso em: 03 dez. 2019.

ENTREVISTADO DOIS. *Entrevista concedida aos pesquisadores*. Diamantina, 16 de julho, 2019. Transcrição disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1g9Q-mwPcvMNYoZozLyQHMsVcsLfmtkyr>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ENTREVISTADO TRÊS. *Entrevista concedida aos pesquisadores*. Diamantina, 26 de julho, 2019. Transcrição disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1Pxn46gygqVqqNREClrNh7Ed6mBdHFQ8>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ENTREVISTADO QUATRO. *Entrevista concedida aos pesquisadores*. Diamantina, 4 de julho, 2019. Transcrição disponível em: https://drive.google.com/open?id=1DiABKTHz5PaMTcL-EW9AxH_4dkBUEVyc. Acesso em: 03 dez. 2019.

ENTREVISTADO CINCO. *Entrevista concedida aos pesquisadores*. Diamantina, 11 de julho, 2019. Transcrição disponível em: https://drive.google.com/open?id=12w5HFF9F7Ur8Iz4PJ9y_5hnbTtgYZmuI. Acesso em: 03 dez. 2019.

ENTREVISTADO SEIS. *Entrevista concedida aos pesquisadores*. Diamantina, 12 de setembro, 2019. Transcrição disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1WJ0F2szh3BSe-9IrpcgrTahJnlyKQuvB>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ENTREVISTADO SETE. *Entrevista concedida aos pesquisadores*. Diamantina, 9 de setembro, 2019. Transcrição disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1YepsD7sTHQiX-EVnuXcSMuZNjCO-yMZR>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ENTREVISTADO OITO. *Entrevista concedida aos pesquisadores*. Diamantina, 12 de junho, 2019. Transcrição disponível em: https://drive.google.com/open?id=1hd_32dyt99of4rr1cFoNkdcRW4oRd7fY. Acesso em: 03 dez. 2019.